

## MEIO AMBIENTE

# Amapá: preservação e baixo desenvolvimento

» TAINÁ ANDRADE

O impasse entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Petrobras em relação à concessão de licença ambiental para iniciar a perfuração marítima do bloco FZA-M-59, na foz do Rio Amazonas — na chamada Margem Equatorial —, revelou um problema de desenvolvimento econômico em uma das regiões que mais preserva a Floresta Amazônica. Diferentemente do que os políticos têm alegado sobre a questão, o Amapá, no qual está a bacia petrolífera, ocupa a 12ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com a marca de 0,780, a unidade federativa segue em uma tendência de avanço no critério desenvolvimento. O estudo *Fundação Getulio Vargas Social* mostra que, frente a outras capitais brasileiras, Macapá tem pouco mais de 40% da população em situação de pobreza.

O estado detém 73% do território de área protegida — dentro da sua área total, de 10,4 milhões de hectares —, dividida entre 9,3 milhões de ha para unidades de conservação (UCs) e 1,1 milhão de ha para terras indígenas (TIs), de acordo com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema). Os políticos amapaenses enfatizam que a população não pode ser penalizada por ter cuidado com as riquezas naturais do país. Porém, dentro dos

Divulgação/ICMbio



A Floresta Amazônica no Amapá é uma das mais bem preservadas da Região Norte, mas o estado carece de investimentos

territórios preservados, há uma população, os chamados Guardiões da Floresta, com necessidades diferentes da população urbana.

O Oiapoque, por exemplo, é um dos municípios com essa dicotomia. Ao mesmo tempo que seria afetado positivamente pelos royalties do petróleo, que, segundo o senador Lucas Barreto (PSD-AP), resolveria problemas como a falta de saneamento básico e o asfaltamento da BR-156, “50% da cidade, por definição do IBGE, vive em condições subnormais”. A parte da população da floresta, os indígenas, sofrem as consequências

negativas dessa situação.

Renata Lod Moraes, vice-coordenadora do Conselho de Caciques dos povos indígenas do Oiapoque, afirma que eles já sofrem com o aumento do fluxo de pessoas decorrente do aumento de tráfego da rodovia federal, a principal do estado. A BR-156 corta terras indígenas, principalmente a da comunidade Uaçá. A líder alega que os indígenas sofrem com o avanço da produção agrícola e cita que, para combater pragas, os produtores usam cada vez mais aviões para aplicar agrotóxicos. Além da poluição, o barulho das aeronaves interfere diretamente nas atividades

de sobrevivência dos indígenas. Como dependem unicamente da caça e da pesca para a subsistência, eles têm percebido o sumiço dos animais que, tradicionalmente, costumavam encontrar na floresta.

“A Petrobras se colocou à disposição para traçar novas rotas de voo. Porém, entendemos que não seja algo tão fácil, porque as comunidades estão realmente na rota dos aviões”, contou Lod.

## Caminhos

A questão econômica contraposta à necessidade de preservação do meio ambiente escancara

lacunas do projeto de desenvolvimento sustentável do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que, até o momento, não se reverteu em ações práticas para os guardiões da floresta — sejam eles indígenas ou ribeirinhos.

Beto Mesquita, engenheiro ambiental, membro da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e diretor de Florestas e Políticas Públicas da BVRio ressaltou que o pagamento por serviços ambientais, que é o conjunto de ações humanas impeditivas para o desmatamento ou contribuintes para a manutenção dos ciclos naturais da floresta é uma medida mais correta para incrementar a economia local.

Ainda que os resultados se deem a médio e longo prazos, o ambientalista pondera que, em municípios pobres, os programas de distribuição de renda funcionam como uma injeção de recursos que dinamiza a economia local. Essa evolução, segundo ele, é igual a qualquer outra atividade econômica que seja desenvolvida na região, inclusive a petrolífera.

“Nas atividades de gás e petróleo, os números estão superinflacionando. Os potenciais impactos socioeconômicos do setor normalmente são relacionados às construções de estruturas. Depois que acabam, os empreendimentos empregam gente de outras regiões do país, e não locais. Precisamos de atividades perenes e permanentes, mantendo a floresta em pé”, alertou.